

**território de caatinga e maracás:  
retomada, biodiversidade e transição energética em disputa**

**caatinga territory and maracás:  
reoccupation, biodiversity and energy transition in dispute**

*Amanda Sousa Silvino*

Doutora em Ambiente e Sociedade

Pós-doutoranda do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE)

São José dos Campos, SP

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4341-8461>

*Maria de Fátima da Silva*

Presidente da Associação *Atikum* Oliveira

Aldeia Indígena *Atikum Umã* Oliveira

Quixabá, Sento Sé, BA

Orcid: <https://orcid.org/0009-0008-2761-2054>

*Joaquim Laranjeira de Carvalho*

Bolsista de Iniciação Científica

Universidade Estadual da Bahia (UNEB)

Juazeiro, BA

Orcid: <https://orcid.org/0009-0008-6020-3041>

*Eda Elif Tibet*

Doutora em Antropologia Social

Pós-doutoranda da *Wyss Academy for Nature* (WAD)

Berna, CH

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2622-8922>

*Evandro Albiach Branco*

Pesquisador da Divisão de Impactos, Adaptação e Vulnerabilidade (DIIAV)

Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE)

São José dos Campos, SP

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1132-8250>

DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.20260428>

**Resumo:** A Aldeia Indígena *Atikum Umã* Oliveira, localizada em Sento Sé, Bahia, resulta de um processo de retomada territorial marcado por uma longa história de violência, perseguições e deslocamentos forçados. Durante a retomada, os indígenas se depararam com a implementação do Parque Nacional Boqueirão da Onça (PARNA BO), sem consulta prévia eficaz às comunidades locais, e paralelamente, com a expansão de empreendimentos eólicos e minerários na região. A partir de uma abordagem transdisciplinar baseada na escuta, em entrevistas, na convivência e na construção de

confiança com a Aldeia *Atikum*, o artigo reflete como a retomada indígena, a conservação da biodiversidade e a transição energética se materializam como processos de disputa no território. Apesar das múltiplas pressões, o povo *Atikum* mantém práticas de cuidado, espiritualidade e resistência sob a liderança da Cacica Maria Ponga. Por fim, o estudo propõe uma reflexão crítica sobre como a pesquisa transdisciplinar pode contribuir para compreender territórios em disputa sem reproduzir silenciamentos causados por violências históricas.

**Palavras-chave:** (1) Caatinga; (2) Povos originários; (3) Conflitos socioambientais; (4) Energias renováveis; (5) Violação de direitos.

**Abstract:** The Atikum Umã Oliveira Indigenous Village, located in the municipality of Sento Sé, Bahia, emerged from a process of territorial reoccupation targeted by a long history of violence, persecution, and forced displacement. During this reoccupation, the community was confronted with the establishment of the Boqueirão da Onça National Park (PARNA BO), implemented without effective prior consultation with local communities, and simultaneously with the expansion of wind energy and mining projects in the region. Drawing on a transdisciplinary approach grounded in attentive listening, in-depth interviews, long-term engagement, and trust-building with the Atikum community, this article examines how Indigenous territorial reoccupation, biodiversity conservation, and the energy transition materialize as contested processes within the territory. Despite multiple and overlapping pressures, the Atikum people sustain practices of care, spirituality, and resistance under the leadership of Cacica Maria Ponga. Finally, the study presents a critical reflection on how transdisciplinary research can contribute to understanding contested territories without reproducing the silencing effects of historical violence.

**Keywords:** (1) Caatinga; (2) Indigenous peoples; (3) Socio-environmental conflicts; (4) Renewable energy; (5) Rights violations.

## Introdução

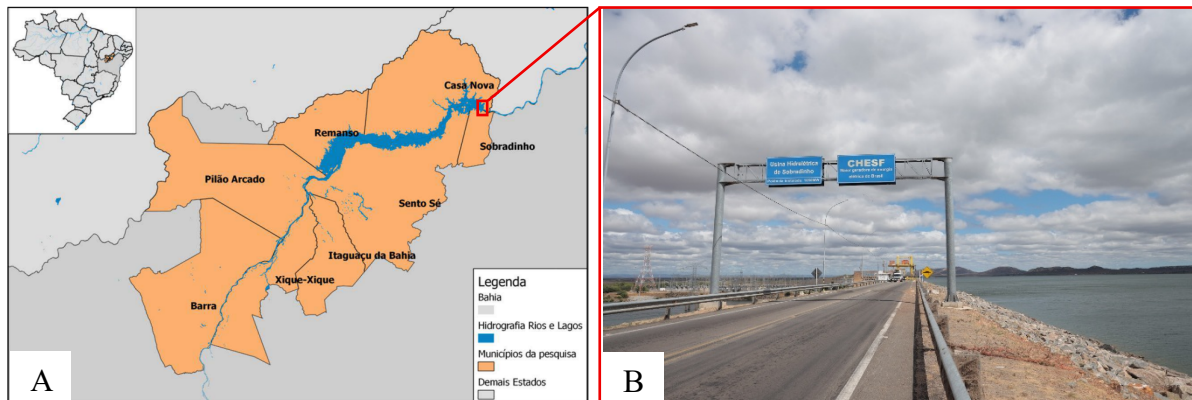
A Caatinga é um bioma singular, marcado pela semiaridez e por uma ocupação humana milenar, ao longo da qual seus povos desenvolveram práticas sofisticadas de gestão da vida, incluindo sistemas agroflorestais, cultivos sazonais de várzeas, usos complexos da vegetação e formas singulares de convivência com a fauna silvestre (ETCHEVARNE 1999). Antes da colonização, os povos originários da Caatinga dispunham de vastos territórios e estabeleciam seus assentamentos preferencialmente em áreas estruturadas por rios, lagoas, nascentes e serras (SIQUEIRA-FILHO 2013; ETCHEVARNE 1999). O rio *Opará* é o único rio perene que corta as matas dessas terras desde tempos imemoriais, e banha uma enorme variedade de povoados onde diferentes grupos originários ainda tocam seus maracás entoando ritmos de saudação, agradecimento e resistência (OLIVEIRA 2013; SILVA & GONÇALVES 2021).

*Opará* é um nome de origem tupi, significa “rio-mar”. Posteriormente batizado de rio São Francisco, conhecido afetivamente como Velho Chico, é o único rio perene do bioma Caatinga, percorre cerca de 2.800 km desde a Serra da Canastra, em Minas Gerais, até sua foz no oceano Atlântico, entre Alagoas e Sergipe.

Um dos territórios ao lado do Rio *Opará*, mas aonde a água não chega, está a Aldeia Indígena do povo *Atikum Umã* Oliveira em Sento Sé. Um território marcado por cicatrizes profundas causadas por uma história de violência e perseguição até anos recentes (AMARAL & SANTOS 2018; BARROS 2021; NASCIMENTO 2024; SANTOS *et al.* 2025). Ainda assim é nesse mesmo território atravessado por múltiplas camadas de disputa que a aldeia *Atikum Umã Oliveira* foi fundada após um longo processo de retomada pela terra.

Em Sento Sé, a retomada *Atikum* se soma na luta por reparação daqueles que foram expulsos de suas casas pela inundação provocada pela construção da barragem de Sobradinho, que viria a ser uma das mais importantes hidroelétricas do Rio São Francisco nos anos setenta<sup>1</sup>, e que tinha como promessa trazer melhorias nas condições de vidas das populações. Instalada no período da ditadura militar, a barragem de Sobradinho removeu forçadamente cerca de 72 mil pessoas que foram deslocadas dos municípios de Pilão Arcado, Casa-Nova, Remanso e Sento-Sé, com pouca ou nenhuma reparação vinda do estado brasileiro (AMARAL & SANTOS 2018). Muitos na região foram atingidos pelos impactos da barragem e carregam até hoje memórias de quando as águas subiram inundando mais de quatrocentos e vinte mil hectares de terra para formar o que hoje é o maior lago artificial do Brasil (Figura 1).

**Figura 1 - A) Mapa do Lago de Sobradinho;  
B) Barragem que originou o lago artificial de Sobradinho.**



**Fonte:** Adaptado pelos autores de IPEA (2017) com fotografia de Eda Elif Tibet tirada em junho de 2025.

Meio século após a implantação da barragem de Sobradinho, uma nova onda de desenvolvimento, agora qualificada como sustentável, volta a inundar o território. O Governo do Estado da Bahia, alinhado ao governo federal, passou a incentivar a instalação de empreendimentos minerários e de energias renováveis, especialmente eólicos, no âmbito de uma transição energética orientada à descarbonização (NORDESTE POTÊNCIA 2024). Essa agenda tem sido pautada pela crescente demanda de baterias à base de lítio, pela eletrificação dos meios de transporte e pela redução da dependência de combustíveis fósseis (MILANEZ, VIEIRA & SIQUEIRA-GAY 2025). Entretanto, não se trata apenas de trocar os combustíveis fósseis por energias limpas, mas seguir o modelo energético que hoje é marcado pela exploração dos recursos naturais visando prioritariamente o lucro.

Com a expansão da degradação ambiental impulsionada também por projetos de desenvolvimento econômico, emergem as reivindicações por conservação da biodiversidade, ratificadas em conferências internacionais que postulam, diante das profundas alterações nos ecossistemas, que determinadas áreas do planeta permaneçam intocadas, sendo convertidas em reservas de natureza protegidas. Porém, o mito que afirma serem as áreas protegidas espaços intocados e sem presença humana é questionado pelas populações tradicionais que ocupam secularmente essas áreas ricas em biodiversidade e sem degradá-las (DIEGUES 2008). Portanto, a implantação de áreas protegidas também pode ser vista como apropriação indevida de territórios tradicionais, e sobre o qual as populações locais reivindicam direitos de uso e controle da totalidade ou parte dessas áreas (FERREIRA 2024).

Ao final da década passada, tais pressões externas para a conservação da biodiversidade e a produção de energia renovável passaram a incidir sobre o território do norte da Bahia. Enquanto o mosaico

de Unidades de Conservação do Boqueirão da Onça (Área de Proteção Ambiental e Parque Nacional) foram implementados de forma *top-down* pelo Governo Federal, os projetos eólicos (Figura 2) com forte incentivo das prefeituras e governo estadual da Bahia, responsáveis pelo licenciamento desses empreendimentos propostos para a região. Portanto, a chegada dessas grandes estruturas modificou não só a paisagem física e sua biodiversidade, mas também os modos de vida das populações (SILVINO *et al.* 2026).

A materialização dessas agendas no território não ocorreu de forma neutra ou coordenada, mas como camadas sucessivas de intervenção que passaram a redefinir usos, acessos e significados atribuídos ao território. Enquanto o discurso da conservação justificava a criação de áreas de proteção integral, o discurso da transição energética legitimava a ocupação intensiva por infraestruturas renováveis de grande escala (SILVINO *et al.* 2026). O território passou a ser simultaneamente apresentado como espaço a ser preservado e como fronteira estratégica para investimentos energéticos, revelando as contradições internas de um modelo que busca conciliar expansão econômica e proteção ambiental, mas sem enfrentar as assimetrias de poder que mantêm as populações locais à margem dos processos.

**Figura 2 – Torres de uma usina eólica na Área de Proteção ambiental do Boqueirão da Onça, no município de Campo Formoso, BA.**



**Foto:** Eda Elif Tibet em janeiro de 2026.

Essas dinâmicas territoriais se consolidaram após um longo processo de negociação, que se estendeu por quase duas décadas, entre o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério de Minas e Energia, evidenciando a sobreposição e a tensão entre agendas setoriais distintas (MARQUES *et al.* 2021). Em 2008, o Ministério do Meio Ambiente, por meio do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, intensificou as discussões sobre a criação do Parque Nacional do Boqueirão da Onça, realizando, inclusive, uma consulta pública no município de Juazeiro em dezembro daquele ano (MARTINS 2020). Embora o processo tenha ganhado maior visibilidade nesse período, a proposta enfrentou resistências e negociações prolongadas em razão da sobreposição da área pretendida para conservação com regiões de elevado potencial eólico, o que resultou em um processo interministerial de conciliação marcado por impasses sucessivos (CAMPOS *et al.* 2019; MARTINS 2020; MARQUES *et al.* 2021).

A proposta original, formulada desde o início dos anos 2000, previa a proteção de uma das últimas grandes áreas contínuas da Caatinga, com aproximadamente 900 mil hectares destinados à conservação da biodiversidade e à proteção de espécies ameaçadas, como a onça-pintada, em consonância com áreas prioritárias mapeadas para o bioma (CAMPOS *et al.* 2019). Contudo, a área inicialmente prevista foi desmembrada para atender aos interesses do setor energético, resultando na criação, em abril de 2018, de um mosaico composto por um Parque Nacional (PARNA), Unidade de Conservação de Proteção Integral com aproximadamente 347.557 hectares, e por uma Área de Proteção Ambiental (APA), categoria menos restritiva, com cerca de 505.692 hectares (CAMPOS *et al.* 2019; MARTINS 2020).

Estima-se que o entorno do Parque Nacional do Boqueirão da Onça concentra mais de mil empreendimentos eólicos, centenas de processos minerários, um grande empreendimento de extração de ferro instalado às margens do rio, numerosas comunidades tradicionais, remanescentes de quilombos, um território indígena reconhecido pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), e uma população decrescente de onça-pintada e outras espécies ameaçada de extinção. É nesse cenário de intensas sobreposições territoriais, pressões econômicas e disputas socioambientais que se insere o presente artigo. Trata-se de um ensaio reflexivo de base empírica, ancorado em uma pesquisa transdisciplinar situada em Sento Sé (BA), construída a partir da convivência no território, da escuta atenta e do estabelecimento de vínculos de confiança com o povo Atikum. Ao articular saberes acadêmicos e tradicionais, o texto analisa os conflitos em curso, o processo de retomada indígena e as práticas de bem viver que persistem e se reinventam na Caatinga.

### **Pesquisa transdisciplinar sobre conservação da biodiversidade: as áreas protegidas do Boqueirão da Onça**

Foi nesse contexto de sobreposição de agendas de conservação, transição energética e disputas territoriais que os pesquisadores que compunham a equipe brasileira do projeto internacional “*Just Conservation? Bridging Values for Equitable Biodiversity Governance (BridgingVALUES<sup>2</sup>)*” chegaram à região do Boqueirão da Onça. A pesquisa foi concebida a partir de uma abordagem transdisciplinar, orientada à compreensão dos valores, narrativas e sistemas de conhecimento mobilizados por diferentes atores sociais vinculados a Reservas da Biosfera.

Partia-se do pressuposto de que as Áreas Protegidas do Boqueirão da Onça (Figura 3), uma das regiões mais preservadas da Caatinga, com ocorrência de numerosas espécies ameaçadas de extinção incluindo a onça-pintada, havia sido, uma iniciativa altamente positiva do Governo Federal para a conservação e consolidação dos valores associados à biodiversidade.

**Figura 3 – Serras do Parque Nacional Boqueirão da Onça vista de um mirante no município de Sento Sé, BA.**



**Foto:** Amanda Sousa Silvino em julho de 2025.

Entretanto, após a realização de oficinas coletivas, entrevistas semiestruturadas, mapeamento participativo de redes de colaboração e conflito, bem como da observação direta das arenas locais de negociação

---

<sup>2</sup> <https://www.bridgingvalues.ch/>

entre os anos de 2024 e 2026, tornou-se evidente a insatisfação das populações locais com a criação do PARNA. Os interlocutores relataram ter sido excluídos dos processos de tomada de decisão e expressaram a dificuldade em serem ouvidos, e do receio de perderem o direito de manter seus modos de vida pela restrição do uso, uma vez que o parque foi instituído sobre áreas tradicionalmente utilizadas como pastagem para seus animais. O processo de implementação do parque contradiz o que garante na convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que as comunidades tradicionais têm direito de conhecer e participar do processo de decisão sobre o que está sendo planejado em suas terras e que pode impactar seus modos de vidas, sendo necessário antes de tudo haver consulta previa, livre e informada.

Muitos entrevistados também relataram que os empreendimentos de energia eólica e mineração passaram a se instalar na Área de Proteção Ambiental adjacente ao PARNA, muitas vezes desconfigurando nascentes e alterando profundamente o habitat da onça-pintada. A percepção dos moradores entrevistados é a de que, à medida em que esses empreendimentos avançaram sobre os habitats das onças, estas passaram a dispor de menos recursos e a buscar alimento nas criações de bodes das comunidades locais. Em todas as comunidades visitadas, os moradores relataram prejuízos crescentes decorrentes de ataques de onça.

A implantação de uma Unidade de Conservação de Proteção Integral orientada por um modelo preservacionista de proteção para a onça-pintada, junto à uma Área de Proteção Ambiental permissiva à destruição da natureza, sem a participação adequada das populações que historicamente habitam o território, produziu um profundo ressentimento e reforçou a percepção de abandono por parte do Estado. A intensidade desse rancor manifestava-se, por vezes, em discursos que expressavam o desejo de eliminação das onças, ainda que tais ações não se concretizem em função do reconhecimento de que se trata de crime ambiental. Com o tempo e a escuta atenta, tornou-se evidente que esses impactos não se restringiam a perdas econômicas, mas expressavam uma ruptura na relação histórica de convivência entre as comunidades e as onças. Relação essa que foi progressivamente transformada em competição no território. A implementação e os impactos de projetos de desenvolvimento para a região seguem em curso, e muitas vezes são impostos ao território sem canais efetivos de diálogo e sem uma distribuição justa dos benefícios associados, deixando o ônus às comunidades.

Ainda assim, apesar das profundas cicatrizes deixadas por sucessivas violações de direitos, desequilíbrios ambientais decorrentes da instalação dos grandes empreendimentos econômicos e impactos crescentes das mudanças climáticas, as comunidades visitadas expressaram de forma consistente o desejo de manter seus modos de vida e tradições.

**A retomada indígena dos Atikum Umã Oliveira:  
Sento Sé, BA.**

Os Atikum são sobreviventes de um dos maiores crimes contra a humanidade: o genocídio dos povos indígenas iniciado pela colonização e ainda em curso (GRONDÍN *et al.* 2021). Ao final do século 20, restavam apenas cerca de 3.500 indivíduos Atikum no estado de Pernambuco (MENDONÇA, Conselho de Professores Indígenas Atikum, Organização da Educação Escolar Pankará 2012). A historiografia tradicional pouco traz sobre a história do povo, contada em grande parte pela memória coletiva de seus mais velhos, resgatada pelo trabalho realizado por MENDONÇA *et al.* (2012). Dizem que os Atikuns vieram de uma terra rica em *araticum*, uma fruta nativa, doce e comestível, onde vivia um velho indígena. Em sua língua, *Umã* significa “velho indígena”, e *Atikum* refere-se a esse território ancestral rico em *araticum*. Isso sugere que os Atikum viveram entre os biomas Cerrado e a Caatinga, deslocando-se e se adaptando ao longo dos séculos para escapar da colonização.

Nessa trajetória de deslocamentos forçados, aldeamentos e fugas, precisaram se adaptar. Nesse processo colonizador, perderam sua língua originária e suas terras ancestrais, escondendo-se entre outros povos e etnias para sobreviver (MENDONÇA, Conselho de Professores Indígenas Atikum, Organização da Educação Escolar Pankará 2012). Hoje, apenas algumas palavras de um tronco linguístico desconhecido permanecem, e o português tornou-se a língua falada. Em português, os Atikum cantam para a terra e para seus ancestrais, mantendo vivo o entendimento de que viemos da Terra, pertencemos a ela, e não o contrário.

O encontro com os Atikum Umã Oliveira em Sento Sé ocorreu em meio às visitas ao Boqueirão da Onça. A terra indígena está localizada às margens da Rodovia BA 210KM, no Povoado de Quixaba, Zona rural do município de Sento Sé, na Bahia, território conquistado através de um longo processo de alianças e conflitos. Como discute Oliveira (2010), os processos de retomada indígena se fortaleceram com a constituição de 1988, abrindo a possibilidade de tirar os indígenas do Nordeste brasileiro da invisibilidade e do silenciamento, uma vez que foram intensamente violentados pelo processo colonial.

Atualmente, o território Atikum tem parte de sua área sobreposta ao PARNA, criado após a ocupação realizada pelos indígenas. A percepção geral é que tal processo atraiu grileiros de diferentes regiões na tentativa de alcançar algum benefício oriundo de indenizações. Estes, por possuírem maior poder econômico e político, conseguem transitar com muita facilidade pelos espaços institucionais, como cartórios e outros órgãos da administração pública que lhes asseguram vantagens significativas nos processos de regularização fundiária. Ao contrário, Cacica Maria Ponga (Figura 4) é protagonista de uma trajetória de resistência e luta. Nascida

em Pernambuco e criada entre o povo *Truká*, em Cabrobó, chegou a Sento Sé no final da década de 1980, trazendo consigo a prática da dança do *Toré*, que passou a ensinar como forma de fortalecer a identidade indígena no território. Ao lado do marido, das filhas, dos netos, e com apoio de seu povo, iniciou a retomada de uma área próxima ao lago de Sobradinho, aos pés de uma das serras onde hoje se localiza o Parque Nacional do Boqueirão da Onça.

**Figura 4 – Cacica Maria de Fátima, conhecida como *Maria Ponga* no território sagrado conquistado por um processo de retomada.**



**Foto:** Amanda Sousa Silvino em janeiro de 2026.

Segundo relatos da Cacica, a retomada teve início formal em 6 de outubro de 2015, após a liderança Atikum ser procurada por uma mulher que se apresentava como presidente da associação do povoado de Quixaba. Segundo ela, a área pertencia à associação e teria sido vendida irregularmente por um grileiro. Após deliberação interna, o grupo decidiu ocupar o território. Poucos dias depois, o homem que se dizia proprietário exigiu a retirada dos Atikum e, diante da recusa, incendiou os barracos e os pertences das famílias, dando início a um período prolongado de conflitos, ameaças e intimidações.

Cacica Maria Ponga registrou uma denúncia junto à Polícia Federal em Juazeiro, e processos judiciais passaram a tramitar. Entre 2015 e 2019, a comunidade enfrentou episódios recorrentes de pressão e violência, incluindo a presença de homens armados no entorno da ocupação. Parte dos apoiadores vinculados à associação de moradores da Quixaba desistiu.

Cacica Maria Ponga e seu povo, entretanto, permaneceram no território sustentando a retomada mesmo diante do risco constante. Ela conta que, em 2019, a morte do homem que reivindicava a propriedade reconfigurou o conflito, mas não o encerrou. A mesma mulher que inicialmente incentivara a ocupação passou a reivindicar a área para si e ingressou com pedido de despejo contra os Atikum. A disputa assumiu nova dimensão, deslocando os embates jurídicos e administrativos.

Porém, Cacica Maria Ponga já havia sido reconhecida cacica pelos anciões da Aldeia Mãe na Serra Umã em Pernambuco, e com a documentação necessária, obtido o reconhecimento da criação da *Aldeia Atikum Umã Oliveira* pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), o que fortaleceu a permanência da comunidade no território. Em 2022, foram iniciados procedimentos técnicos de demarcação, interrompidos e retomados em 2024 após mudanças institucionais na Secretaria de Desenvolvimento Agrário da Bahia (SDA). Segundo a liderança, a documentação oficial indica que a área retomada sempre pertenceu ao Estado, e que atualmente o processo administrativo de delimitação encontra-se em estágio avançado na FUNAI, também comprovado pelo Ministério dos Povos Indígenas sobre os processos de regularização (BRASIL 2024).

Ainda assim, persistem questionamentos sobre a identidade indígena do grupo e ameaças recorrentes de contestação da posse. A retomada, nesse sentido, ultrapassa a dimensão fundiária e configura-se como processo de reafirmação identitária e reorganização coletiva. Ao permanecer no território, o povo Atikum consolidou uma nova aldeia que hoje abriga doze famílias, porém, mesmo reconhecida pelo Governo Federal, a Aldeia recebe apoio limitado dos poderes públicos.

A autoridade política de Cacica Maria Ponga, reconhecida como cacica pelos seus mais velhos, consolidou-se ao longo desse processo. Cacica Maria afirma que a luta pela terra é prioritária

*Não existe indígena sem terra, já nos tiraram tudo, e agora o pouco que nos resta também querem nos tirar, mas nós não vamos desistir* (Cacica Maria Ponga, julho de 2025).

A luta de Cacica Maria inspira lideranças femininas a ocuparem espaços onde a resistência também é protagonizada por mulheres (SELISTER-GOMES *et al.* 2019).

Cotidianamente, a Aldeia Atikum Umã Oliveira ressignifica vivência da retomada da terra, consolidando-a em território sagrado por meio da prática contínua de seus rituais, cantos batidas de pés no chão e maracás no ar, fortalecendo formas próprias de organização coletiva. Assim, permanecer torna-se um ato político no qual resistência e espiritualidade

caminham juntas diante das pressões externas (OLIVEIRA 2010; GUDYNAS et al. 2011).

### **A Natureza sob a perspectiva dos Atikum Umã Oliveira**

Na Aldeia a natureza é cuidada coletivamente como parte constitutiva da própria vida cotidiana, o que se reflete na conservação ativa do ambiente. Preservar, nesse contexto, não significa afastar as pessoas do território, mas sustentar práticas contínuas de cuidado, manejo e convivência. Hoje, na Aldeia, um pequeno número de famílias que vive às margens do PARNA, cultua suas matas como sagradas. Da caatinga retiram o *caroá* (*Neoglaziovia variegata*), fibra utilizada na confecção de suas indumentárias cerimoniais, extraem a medicina, o alimento e a segurança de um lar. Em troca, devolvem cuidado e alegria.

Na mata, eles manejam o recatamento e cantam para seus encantados de luz, seres invisíveis que, segundo contam, habitam a caatinga desde tempos imemoriais. Para celebrá-los, os Atikum dançam, tocam seu maracá e cachimbam o ambiente com a fumaça sagrada da *liamba* (*Vitex agnus castus* L.), bebem o vinho da *jurema sagrada* (*Mimosa tenuiflora*), e dançam à luz de seus guias espirituais, *Jupi* e *Juaná* que também têm suas casas na aldeia (Figura 5). Eles protegem e guiam os Atikum quando a jornada se torna difícil e os abençoam em suas conquistas.

**Figura 5 – Oca sagrada dos Atikum Umã Oliveira e o assentamento da cruz que representa a constelação Cruzeiro do Sul.**



**Foto:** Eda Elif Tibet em julho de 2025.

Ainda assim, os desafios permanecem imensos. A aldeia não possui acesso direto à água e depende de carros-pipa fornecidos pelo município de Sento Sé ou pelo Exército Brasileiro. Recentemente, foram construídas cisternas, o que reduziu a distância percorrida em busca de água potável no rio São Francisco. Ainda falta muito. Não há saneamento básico, caixas-d'água ou encanamento. A terra retomada é extremamente árida e exigiria irrigação para qualquer tipo de agricultura. Nesse território, Cacica Maria Ponga não encontra argila para suas cerâmicas, apenas alguma madeira para a confecção de gamelas, utensílio escavado em peça única para formar bacias ou tigelas. Apesar das dificuldades, ela expressa gratidão por sua casa, seu fogão a lenha, seus bodes, patos e galinhas, e por uma terra rica em *jurema* e *caroá*. Ela segue na luta para ter acesso à água encanada e espera que em breve possa cultivar sua horta e sua roça com irrigação perto de casa. Para isso, tem buscado diálogo diretamente com o governo federal e somado sua voz às marchas pelos direitos indígenas em todo o país. Com sua fé nos encantados de luz, ela nunca desiste. Junto de seu povo e de outros povos indígenas, ela não cairá.

Na perspectiva dos Atikum Umã Oliveira, a natureza não é um recurso a ser explorado nem um espaço a ser protegido da presença humana, mas um território vivo de relações, reciprocidades e encantamentos. Ao permanecer, resistir e cultivar vínculos com a *jurema*, o *caroá* e os encantados de luz, a aldeia mostra que conservar a Caatinga significa manter viva a relação entre terra, comunidade e espiritualidade.

### **Reflexões sobre a pesquisa transdisciplinar no território em disputa**

Pressões externas afetam pessoas, grupos e comunidades de maneira desigual, e se somam às discriminações intensificando com isso vulnerabilidades socioambientais, em especial quando se trata dos povos indígenas (THOMASI, SANTOS & DIAS 2024). O racismo ambiental sob a comunidade indígena Atikum se materializa não apenas por meio de ações diretas de discriminação, mas também pela ausência histórica de políticas públicas eficazes e territorialmente contextualizadas (GUDYNAS *et al.* 2011; SANTOS *et al.* 2025). Essa invisibilização institucional contribui para a sobrecarga de riscos ambientais e sociais, evidenciando como desigualdades estruturais se reproduzem no campo ambiental, e uma reflexão sobre a importância de situar a pesquisa (SELISTER-GOMES *et al.* 2019).

Quando a pesquisa se insere em territórios onde atores institucionais possuem uma importante assimetria de poder entre si, e habitados por comunidades tradicionais e povos originários marginalizados do processo decisório, é relevante que o tempo de investigação deixe de ser definido exclusivamente por cronogramas acadêmicos e passe a ser orientado pelo ritmo da natureza e das pessoas que ali vivem (GUDYNAS *et al.* 2011;

SELISTER-GOMES *et al.* 2019). São territórios nos quais é preciso chegar devagar, com presença atenta e pisada leve, reconhecendo que a produção de conhecimento não antecede a construção de vínculos de confiança, mas depende dela. Nesse contexto, é fundamental reconhecer que muitas comunidades tradicionais possuem uma trajetória marcada por promessas não cumpridas, acordos desrespeitados e processos que fragilizam sua permanência nos seus territórios, portanto carregam acúmulo de frustrações e violações que geram muita cautela e desconfiança diante das pessoas que chegam de fora. Assim, pesquisadores munidos de perguntas previamente formuladas, sem escuta genuína e sem disposição para compreender as histórias e vulnerabilidades locais, correm o risco de reabrir feridas ainda expostas e de reproduzir dinâmicas históricas de silenciamento e violência.

Embora sustentados por trajetórias de resistência e coragem, esses territórios carregam vulnerabilidades que justificam sua cautela diante de quem chega (SELISTER-GOMES *et al.* 2019). O respeito, nesses contextos, não é um pressuposto automático, mas algo a ser construído. Ele antecede qualquer pergunta, método ou objetivo de pesquisa. Chegar devagar e escutar com cuidado constituem, assim, os fundamentos éticos da postura transdisciplinar, permitindo que cada realidade se revele em seu próprio tempo e que o conhecimento produzido não seja extrativo, mas comprometido com a justiça e o cuidado.

Na Aldeia Atikum, a escuta cuidadosa revelou que as demandas de conservação associadas ao Parque Nacional Boqueirão da Onça não poderiam ser impostas à custa do *Bem Viver* de um povo já atravessado por múltiplas camadas de violação, apagamento e precarização. Para Gudynas & Acosta (2011), o *Bem Viver* é uma proposta que rompe com a ideia tradicional de desenvolvimento baseada em crescimento e progresso ilimitado, defendendo outra forma de viver em sociedade, com mais equilíbrio, diversidade cultural e respeito à natureza.

Ao contrário, os Atikum nos interpelaram, a partir de nosso lugar institucional enquanto pesquisadores, a atuar como aliadas, conferindo visibilidade aos conflitos enfrentados diante do PARNA, da expansão de grandes empreendimentos econômicos, do abandono estatal em relação às necessidades básicas, somado tudo isso aos impactos crescentes das mudanças climáticas que tem tornado o território cada vez mais árido.

No Boqueirão da Onça indígena, as ecologias são moldadas pelo tempo, solos, nascentes, árvores, flores, cactos, animais, encantados e pessoas que constroem formas de adaptação às longas estiagens que se renovam a cada ciclo de chuvas. Nesse território comum e sagrado, persiste um projeto de bem-estar fundamentado na dignidade, no pertencimento e no respeito às relações entre humanos e não humanos, onde possibilidades de futuro não apagam saberes ancestrais, mas os fortalecem. Mais do que um lugar, esse território expressa um projeto coletivo de bem viver na Caatinga,

reconhecendo os direitos territoriais como base indispensável para a justiça socioambiental.

### **Considerações finais**

As dinâmicas socioambientais observadas no Boqueirão da Onça parecem acontecimentos de uma trajetória longa de intervenções sucessivas sobre o território. Da presença colonial à construção da barragem de Sobradinho, passando pela criação do Parque Nacional do Boqueirão da Onça e pela expansão recente de empreendimentos de energia renovável e mineração, percebe-se a recorrência de projetos majoritariamente concebidos fora da realidade local e implementados com limitada participação das populações que ali vivem. Esse acúmulo de iniciativas tem produzido rearranjos territoriais que incidem sobre modos de vida, tensionam formas históricas de convivência com a Caatinga e reconfiguram conflitos já existentes.

A tensão percebida não se reduz a uma oposição simples entre povos indígenas e desenvolvimento, mas remete a diferentes formas de imaginar e habitar o mesmo espaço. De um lado, encontram-se iniciativas vinculadas ao desenvolvimento econômico e a determinados modelos de conservação que, ao reorganizarem o território segundo lógicas produtivas e normativas externas, nem sempre dialogam plenamente com as dinâmicas locais ou garantem os resultados ambientais pretendidos. De outro, sustenta-se um projeto de vida fundamentado na reciprocidade, na espiritualidade e na continuidade territorial, no qual a terra é compreendida não apenas como recurso, mas como condição de existência coletiva.

Por fim, a escuta atenta ao longo da pesquisa revelou como decisões tomadas em arenas distantes se traduzem em desafios cotidianos, como insegurança fundiária, conflitos com a fauna, dificuldades de acesso à água e disputas por reconhecimento. Ao mesmo tempo, evidenciou a força de um território que se reconstrói na luta pela terra, na resistência de suas práticas culturais, na capacidade de lidar com pressões. A convivência com o povo Atikum não conduz a respostas definitivas, mas amplia a compreensão sobre como a terra retomada se constitui em possibilidades concretas de bem viver.

### **Referências**

AMARAL, A. R. & MARQUES, S. J. (2018). “A Barragem de Sobradinho e os atingidos de Sento-Sé”, *Congresso Nacional da Diversidade do Semiárido*. Natal: 01-10.

BARROS, R. S. (2021). “Os Sertões Em Movimento: Sertanistas, Indígenas e Escravidão Na Bahia Colonial”. Tese (Doutorado). Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador: 361 f.

BRASIL (2024). Ministério dos Povos Indígenas. “Ofício SEI Nº 3219/2024/MPI. Resposta Ao Ofício 1ª Sec./RI/E/Nº 95, Referente Ao Requerimento de Informação Nº 712/2024. Brasília, DF, 18 Jun. 2024. Processo SEI Nº 15000.001609/2024-59.” Disponível em:

[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2439221&filename=Tramitacao-RIC%20712/2024](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2439221&filename=Tramitacao-RIC%20712/2024). Acesso em: 26/01/2026.

CAMPOS, C. B.; ESTEVES, C. F.; DIAS, D. M. & RODRIGUES, F. H. G. (2019). “Medium and Large Sized Mammals of the Boqueirão Da Onça, North of Bahia State, Brazil”, *Papeis Avulsos de Zoologia* 59.

DOI: <https://doi.org/10.11606/1807-0205/2019.59.12>.

DIEGUES, A. C. (2008). *O Mito Moderno Da Natureza Intocada*. 6°. HUCITEC. São Paulo.

ETCHEVARNE, C. (1999). “A ocupação humana do nordeste brasileiro antes da colonização portuguesa”, *Revista USP*. (São Paulo), Dezembro.

FERREIRA, G. B. (2024). “Conservacionismo Ambiental, Assistência Social e o Atendimento a Populações Tradicionais”, *Serviço Social & Sociedade* 147 (3). DOI: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.368>.

GRONDÍN, M.; VIEZZER, M. & KRENAK, A. (2021). *Abya Yala!: Genocídio, Resistência e Sobrevivência Dos Povos Originários Das Américas*. Rio de Janeiro. Bambual Editora.

GUDYNAS, E. & ACOSTA, A. (2011). “A Renovación de La Crítica al Desarrollo y El Buen Vivir Alternativa”, *Utopia e Práxis Latinoamericana* 53 (16).

IPEA (2017). Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Relatório 1: *Diagnóstico Social, Econômico e Cultural dos atingidos por barragem, o caso aa UHE de Sobradinho (Ba)*.

MARQUES, J.; BARRETO, A.; BARRERO, F. M. & MAIA, I. (2021). *O Cárcere Dos Ventos: Destruição Das Serras Pelos Complexos Eólicos*. SABEH. Vol. 3. Paulo Afonso.

MARTINS, C. S. G. (2020). “As Dimensões Humanas Das Relações Entre Pessoas e Onças-Pintadas (*Phantera Onca*) e Onças Pardas (*Puma Color*) Na Caatinga”. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo. Escola Superior de Agricultura Luíz de Queiroz. Piracicaba.

MENDONÇA, C. L. (2012). *Nossa Serra, Nossa Terra: Identidade e Território Tradicional Atikum e Pankará*. Conselho de Professores Indígenas Atikum;

Organização da educação escolar Pankará. Disponível em: [https://www.cimi.org.br/pub/publicacoes/nossa\\_serra\\_comclu.pdf](https://www.cimi.org.br/pub/publicacoes/nossa_serra_comclu.pdf). Acesso em: 08/01/2026.

MILANEZ, B.; BIEIRA, C. T. G. & SIQUEIRA-GAY, J. (2025). *Cada Qual No Seu Lugar: A Interferência de Projetos Energéticos Sobre Territórios de Interesse Socioambiental*. Juiz de Fora, PoEMAS.

NASCIMENTO, R. S. (2024). “Herança Maldita Do Projeto Salitre: Etnografia Das Narrativas de Dor, Sofrimento e Resistência Dos Habitantes Do Vale Do Rio Salitre Frente Aos Impactos de Um Projeto de Desenvolvimento Agrícola”, *34ª Reunião Brasileira de Antropologia*. Belo Horizonte. Disponível em: [https://www.abant.org.br/files/34rba\\_807\\_28352682\\_16.pdf](https://www.abant.org.br/files/34rba_807_28352682_16.pdf). Acesso em: 10/02/2026.

NORDESTE POTÊNCIA (2024). *Salvaguardas para renovável*. Disponível em: <https://nordestepotencia.org.br/wp-content/uploads/2024/01/Salvaguardas-para-renovaveis.pdf>. Acesso em: 03/02/2026.

OLIVEIRA, K. (2010). *Diga Ao Povo Que Avance: Movimento Indígena No Nordeste*. Fundação Joaquim Nabuco.

SANTOS, A. N. S.; SILVA, A. G. & LOPATIUK, C. (2025). “Os condenados da terra: genocídio indígena, impunidade estrutural e os limites da justiça na proteção dos direitos humanos no Brasil.” *Observatorio de la Economía Latinoamericana* 23 (3): DOI: <https://doi.org/10.55905/oelv23n3-109>.

SELISTER-GOMES, M.; QUATRIN-CASARIN, E. & DUARTE, G. (2019). “El conocimiento situado y la investigación-acción como metodologías feministas y decoloniales: un estudio bibliométrico”, *Revista CS*, São Paulo, n. 29: 47-72, set./dez. DOI: [10.18046/recs.i29.3186](https://doi.org/10.18046/recs.i29.3186).

SILVA, B. B. & GONÇAVES, C. U. (2021). “Pelos Caminhos Do Opará: A Importância Do Rio São Francisco Para a Luta Dos Pankararu No Sertão de Pernambuco”, *Confins* 53. DOI: <https://doi.org/10.4000/confins.42897>.

SILVINO, A. S.; CARVALHO, J. L. & PULICE, S. M. P. (2026). “Percepções Locais Sobre Conservação e Empreendimentos Econômicos No Sertão Do São Francisco”, *Anais Do XII Enanppas 2025*. São Paulo, Brasil. DOI: <https://doi.org/10.29327/9786527222279.1216666>.

THOMASI, T.; SANTOS, A. & DIAS, C. A. (2024). “O Racismo Ambiental Praticado Contra Os Povos Indígenas No Rio Grande Do Sul”, *Veredas Do Direito: Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável*.

DOI: <https://doi.org/10.18623/rvd.v21.2770>

### **Sobre os autores**

**Amanda Sousa Silvino** é atualmente pesquisadora do projeto internacional *BridgingVALUES*, financiado pelo CNPq e pelo programa EU BIODIVERSA+, bolsista de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação no Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). Bacharel em Ciências Biológicas pela Universidade Federal do Ceará, fez um mestrado em Ecologia Funcional e Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Montpellier, e um segundo em Desenvolvimento Territorial e Gestão Integrada pela UNESCO, ambos na França. Durante seu doutoramento em Ambiente e Sociedade pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), foi pesquisadora visitante na Universidade de Indiana, Estados Unidos. Posteriormente, realizou dois pós-doutorados: um na Michigan State University (EUA) e outro no Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE (Brasil), ambos com foco na sustentabilidade do nexos Alimento–Água–Energia. Colabora com projetos em universidade na Europa (*Stockholm Resilience Centre*, *Wyss Academy for Nature*) e no Brasil com ênfase em narrativas e conflitos socioambientais, análise de sistemas socioecológicos, ecologia política, sociologia ambiental, mapeamento de atores e abordagens quali-quantitativas. Atua na pesquisa acadêmica, consultoria ambiental, e apoio à gestão territorial, conservação da biodiversidade, adaptação às mudanças climáticas e políticas públicas.

**Maria de Fátima da Silva** é liderança da Aldeia Atikum Umã Oliveira, localizada no município de Sento Sé, Bahia, e fundadora da Associação Atikum Oliveira. Atua na representação política, social e institucional por meio da Associação, fortalecendo a defesa dos direitos territoriais, culturais e sociais de seu povo. Cresceu na região da Serra do Umã, onde está localizada a aldeia mãe no sertão pernambucano. Ao ser reconhecida Cacica pelos seus anciões, fundou uma nova aldeia através de um processo de retomada. Mestre dos segredos da jurema, ciência dos povos indígenas da Caatinga, ela faz parte da rede que cuida da saúde espiritual do seu povo com a força dos encantados de luz, somando essa dimensão à sua atuação como uma das guerreiras na defesa do povo Atikum.

**Joaquim Laranjeira de Carvalho** Integrante de comunidade Tradicional de Fundo de pasto do município de Curaçá, Bahia, é estudante de Engenharia de Bioprocessos e Biotecnologia pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e técnico em Agropecuária pelo Centro Territorial de Educação Profissional do Sertão do São Francisco (CETEP SSF). Possui trajetória marcada pela

convivência com o Semiárido, com formação e vivência no Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (IRPAA), especialmente no Centro de Formação Dom José Rodrigues (CFDJR), onde atuou e obteve práticas de educação contextualizada, tecnologias sociais, gestão de pessoas, comunicação popular e trabalho com coletivos comunitários. É militante do Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM) e tem atuação em atividades comunitárias e processos educativos voltados à defesa dos territórios, dos bens comuns e dos modos de vida tradicionais. Foi bolsista de extensão do Observatório Popular da Mineração e da Energia Eólica na UNEB, além de bolsista do projeto internacional “Just Conservation: BridgingVALUES” junto ao Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). Atualmente é estagiário no Laboratório de Entomologia da UNEB, desenvolvendo atividades relacionadas à pesquisa científica.

**Eda Elif Tibet** é antropóloga e cineasta documental especializada em povos tradicionais. Foi bolsista da Fundação Nacional Suíça para a Ciência durante seu doutorado em Antropologia Social pela Universidade de Berna (2019) e, atualmente, é pesquisadora de pós-doutorado na *Wyss Academy for Nature*, na Universidade de Berna, integrando o projeto internacional *BridgingVALUES*, financiado pelo programa *EU BIODIVERSA+*. Anteriormente foi bolsista de pós-doutorado no Instituto de Geografia (GIUB) da Universidade de Berna e pesquisadora associada à Universidade de Oxford como *Enacting Global Transformation Fellow* no *Centre for International Studies* (DPIR). Hoje, é membro do conselho executivo da *Swiss Young Academy* (SYA) e copresidente da Comissão Interface para Antropólogos Engajados da Associação Suíça de Antropologia. Seu trabalho apoia comunidades, povos originários, agentes de mudança, empreendedores sociais e cientistas na construção colaborativa do bem comum. Ela defende discursos emancipatórios por meio de narrativas construtivas e *storytelling* multimodal, utilizando diversos formatos como festivais de cinema, filmes etnográficos, curtas-metragens, exposições, programas de rádio e TV, podcasts, instalações audiovisuais, videoclipes musicais e teatro.

**Evandro Albiach Branco** é pesquisador da Divisão de Impactos, Adaptação de Vulnerabilidade (DIIAV) da Coordenação Geral de Ciências da Terra (CGCT) do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). Co-líder do LADIS - Laboratório de Análise e Desenvolvimento de Indicadores para a Sustentabilidade do DIIAV/CGCT/INPE. Docente do Programa de Pós-Graduação em Ciência do Sistema Terrestre (PGCST), do INPE. Co-líder do PLANGEA - Grupo de Pesquisa Interinstitucional em Planejamento e Gestão Ambiental. Coordenador do Programa de Síntese em Ciência do Sistema Terrestre do INPE. Coordenador do Programa MonitoraEA. Membro da Coordenação da Articulação Nacional de Políticas Públicas de Educação Ambiental (ANPPEA). Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo (2000) e

Gestão Ambiental pela Universidade de São Paulo - EACH/USP (2010). Mestre em Modelagem de Sistemas Complexos (EACH/USP). Doutor em Ciência Ambiental (PROCAM/USP). Atua nos temas de análise de políticas públicas socioambientais, governança ambiental, capacidade adaptativa, educação ambiental e epistemologia da ciência ambiental.